



INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



GUINÉ TELECOM A PARCERIA

USSUMANE SEIDI

1- INTRODUÇÃO	2
2- PARQUE TELEFONICO DA GUINÉ TELECOM	5
3-INFRA-ESTRUTURAS TÉCNICAS DA GUINÉ TELECOM	14
3.1-Comutação telefónica:.....	15
3.2-Rede telefónica:.....	15
3.3-Transmissão:	16
3.4-Edifícios:	16
3.5-Parque Internet:	16
3.5.1-As Tecnologias de Informação e das Comunicações – TIC.....	17
3.5.1.1-União Europeia.....	17
3.5.1.2-Contributo das TIC para os objectivos de Lisboa	17
3.5.1.3-As políticas no domínio da sociedade da informação	19
3.5.2-União Económica e Monetária de Africa Ocidental	22
4-TRÁFEGO INTERNACIONAL.....	23
5-RECURSOS HUMANOS	27
5.1-Washington Consensus	29
6-OFERTA PUBLICA DE AQUISIÇÃO – OPA.....	31
6.1-A OPA da Sonae sobre a Portugal Telecom	31
6.2-Efeitos da OPA na Guine Telecom	33
7-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8-ANEXOS.....	39

1- INTRODUÇÃO

No início da década de oitenta o governo da Guiné-Bissau através da Direcção Geral dos Correios e Telecomunicações consegue implementar a automatização do sistema de comunicação telefónica em todas sedes provinciais do país.

Até aquele período a capital Bissau era a única que dispunha de tal sistema, herdada da administração colonial, muito desgastado pelo tempo e completamente inadequado pelo avanço tecnológico de então.

A automatização vem preencher o vazio no sector das telecomunicações assim como introduz inovação tecnológica para a época.

Foi um projecto no quadro da Ajuda Publica do Desenvolvimento (APD) financiada pela Agencia Sueca para Desenvolvimento Internacional (ASDI) e com a participação da empresa sueca das telecomunicações LM Ericsson na execução do projecto.

No plano internacional a comunicação era totalmente dependente do exterior nomeadamente na utilização do cabo submarino Dakar-Lisboa, via território Senegalês. A título de exemplo, uma chamada telefónica originada da Guiné para Gambia e vice-versa teria que passar a Lisboa, Londres e finalmente a Gambia.

Isto ocorre porque naquela época a Guiné-Bissau não dispunha de equipamentos quer a nível de comutação telefónica, quer de suportes transmissão que permitiam esta operacionalidade, principalmente as infra-estruturas de transmissão. Passados duas décadas após a primeira transformação radical no sector das telecomunicações, a dependência permanece e tende a agravar cada vez mais, como se tratasse duma província ultramarina com o seu cordão umbilical ligada a metrópole.

O princípio do retrocesso do desenvolvimento do sector das telecomunicações é demarcado nos finais dos anos oitenta, através duma parceria pública, dando lugar a uma sociedade por quotas com duração prevista para 20 anos.

Nesta parceria duas empresas de natureza pública ou de capitais maioritariamente pública estão envolvidas. A primeira está a Direcção Geral dos Correios e Telecomunicações da Guiné-Bissau com 49% e por outro a MARCONI-Portuguesa com 51%. Desta sociedade por quotas nasce a Guiné Telecom

No princípio dos anos noventa dá-se o início das privatizações vs reprivatizações em Portugal. A Marconi, CTT e TLP fundem-se numa empresa única chamada Portugal Telecomunicações ou simplesmente PT Telecom.

Com o processo das privatizações e pleno funcionamento do mercado de capitais, o Estado Português inicia a alienação em Bolsa das acções que detém nas varias empresas das quais a PT Telecom. A privatização da PT Telecom faz-se em cinco fases, permitindo o Estado libertar-se dos 61,71% das acções da PT obtendo avultados ganhos financeiros:

1. 06/01/1995 Aliena 14,21% com o preço de venda de 2,79€ cada acção
2. 06/11/1996 Aliena 6,66% com o preço de venda de 3,61€ cada acção
3. 10/09/1997 Aliena 26% com o preço de venda de 5,2€ cada acção
4. 07/12/1999 Aliena 3,84 com o preço de venda de 7,5€ cada acção
5. 12/04/2000 Aliena 11% com o preço de venda de 9,4€ cada acção

Com a última operação o accionista Estado alienou os restantes 11% em Bolsa que ainda detinha na empresa. No entanto o Estado para salvaguardar os interesses do País, mantém 500 acções da empresa com as quais pode exercer o direito de veto em actos de gestão fundamental. Essa posição do Estado é vulgarmente chamado por **golden share** que como se viu atrás é manter o centro de decisão no País.

Assim os 51% da capital PT Telecom sobre Guiné Telecom caem nas mãos dos privados estrangeiros modificando a estrutura da parceria, assunto que será retomado mais a frente neste documento.

No ano 2004 reformulou-se a composição das participações, onde o Estado Guineense passa a deter 50%, PT Telecom 40% e 10% para os trabalhadores mas com a gestão da Guiné Telecom sob domínio da PT, para um período de dez anos.

A base de sustentação desta parceria ou a criação da Guiné Telecom num período histórico de sucesso no sector das telecomunicações, baseia-se nas expectativas falsas e má preparação dos gestores nacionais na identificação do potencial que o sector oferece quer em termos económicos ou financeiro quer na contribuição da estratégia do desenvolvimento do País.

Deve-se pois em qualquer decisão começar pelos factos: o que não sabemos? O que sabemos, de verdade? E quão importantes são os 1ºos? (vale a pena obter mais informação?); e quais as nossas opções, dados os 2ºos? Porquê? Porque as opiniões são um travesti dos factos, um embuste do real pelo virtual, donde opiniões no lugar de factos são, o caminho mais directo para o desastre.

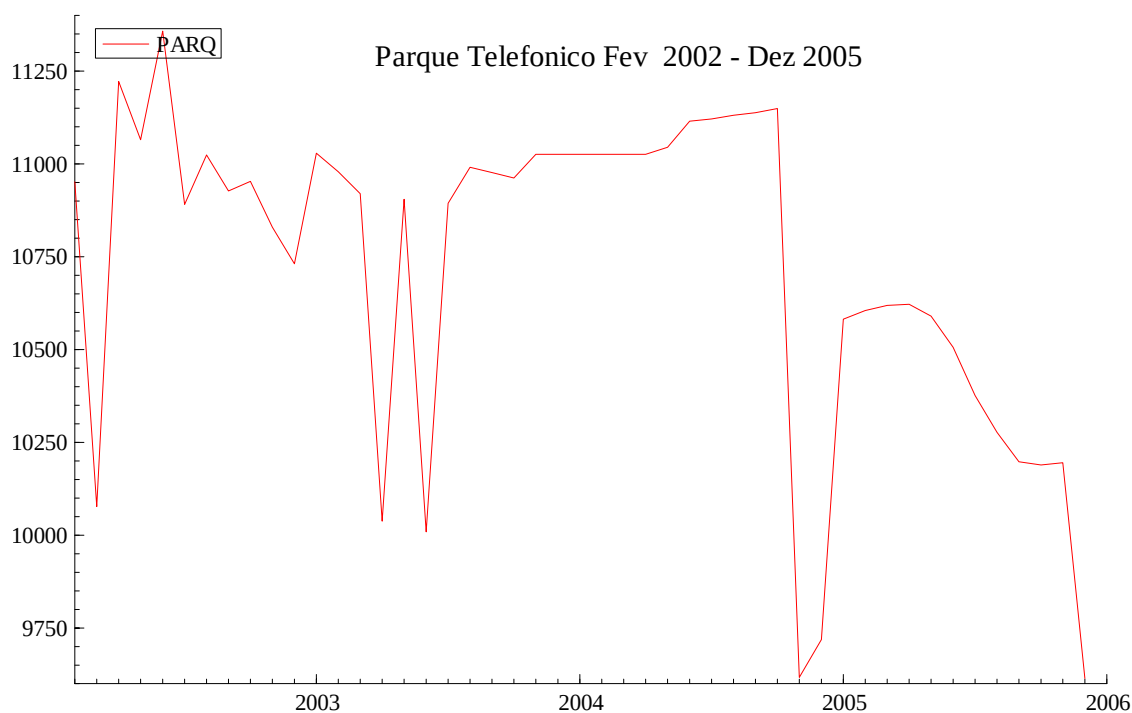
Como não quero emitir opiniões no lugar de factos fiz um pequeno estudo sobre o estado do parque telefónico da GT (Guiné Telecom) que de certa forma pode espelhar uma parte daquilo que é o grande problema que o sector hoje enfrenta.

2- PARQUE TELEFONICO DA GUINÉ TELECOM

O período compreendido entre Janeiro de 2002 a Dezembro de 2005, o parque telefónico da Guiné Telecom evolui com uma tendência decrescente de 15 assinantes por mês em média, ou seja uma diminuição mensal aproximada de 0,14% do seu parque telefónico apesar de um stock de lista de espera elevadíssima, chegando a registar mais de 60% do parque telefónico existente cuja explicação reside na observação de quase saturação da capacidade da infraestrutura instalada nomeadamente na comutação local (LR) e rede local (PD). A estrutura da rede existente é deficiente e sem vagas para instalações de mais telefones.

Segundo os dados operacionais de 2003 e 2004 (DPCI) a taxa de ocupação é de 81% e 99% na comutação e rede local respectivamente. O impacto desta situação pode ser observado no indicador da demora média de instalação que é de 98,6 dias.

Gráfico 1 – Parque Telefónico Fonte: DPCI



Ao longo do período em análise, i.e. entre Fev. de 2002 à Dez. de 2005 o parque sofre várias perturbações que podem ter duas explicações possíveis:

- Cobranças aos clientes devedores por suspensão do serviço e desmontagens dos telefones
- Criação de vagas para satisfazer a lista de espera.

Para ilustrar as flutuações das sucessivas perturbações do parque telefónico em termos de variações quantitativas sobretudo nos períodos em que estas medidas foram levadas a cabo o gráfico 2 é demonstrativo.

Gráfico 2 – Efeitos quantitativos das variações



É de sublinhar que cada vez que uma medida drástica de suspensão dos serviços telefónicos é levado a cabo, verifica-se imediata reposição do parque salvo no final do período em que essa interacção não é registada

Essa reposição pode significar o pagamento da dívida por parte dos clientes devedores da Guiné Telecom e continuidade de usufruto desse tipo de serviço.

- Em Fev. de 2002; o parque cai 875 telefones
- Mar. de 2002; o parque sobe 1145 telefones
- Abr. de 2003; o parque cai 882 telefones
- Mai. 2003; o parque sobe 867 telefones
- Nov. 2004; o parque cai 1532 telefones
- Dez. 2004; o parque sobe 102 telefones
- Jan. 2005; o parque sobe 863 telefones
- (...)

Nesta acção de controlo, os utentes que não regularizam as dívidas perdem definitivamente o telefone e os da lista de espera são beneficiados uma vez que a percentagem média da lista de espera em relação ao parque telefónico é de 50%.

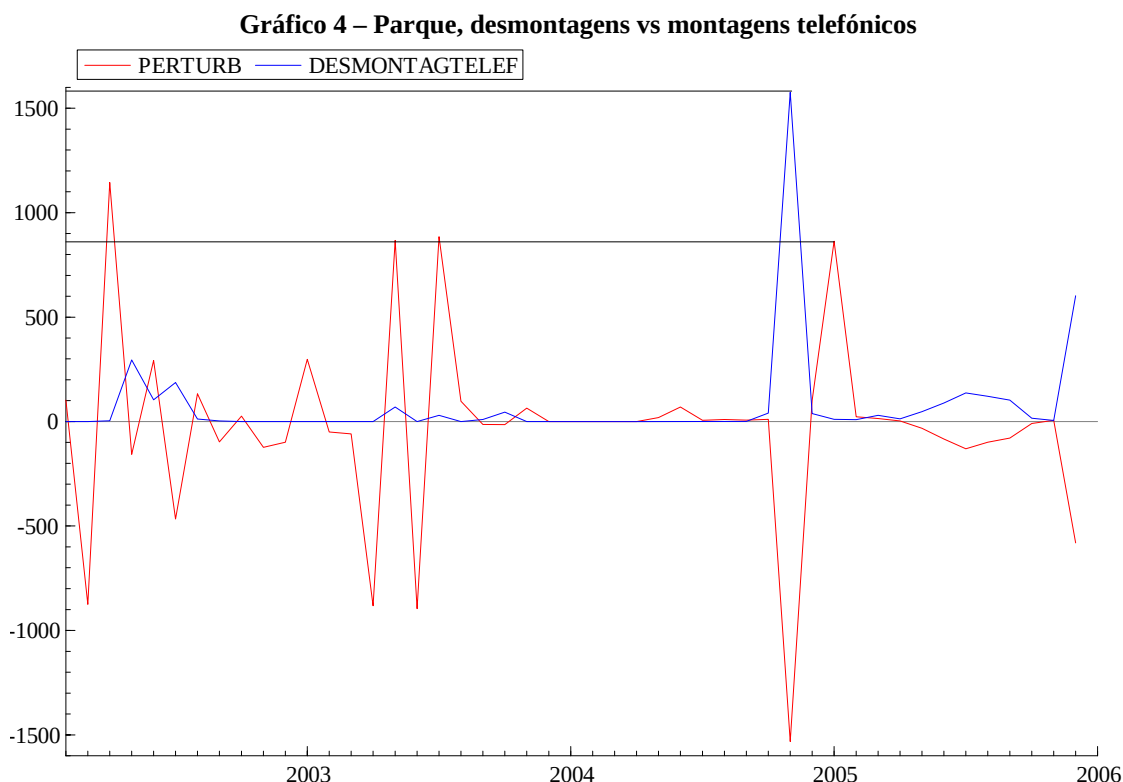
Gráfico 3 – Percentagem da lista espera em relação ao parque



Mas se considerarmos o período 2002 – 2004 esta média é acima de 50%. Estas discrepâncias são devido a entrada de funcionamento das redes de telefones móveis sobretudo da Areeba que será objecto de análise mais adiante. Portanto os efeitos das perturbações no parque podem ser analisadas num horizonte temporal de dois períodos diferentes muito importante.

Primeiro período é aquele em as medidas de controlo (perturbações) é mais eficaz, onde as listas de espera são maiores e com o poder de monopólio efectivo da GuinéTelecom

Segundo período começa nos finais de 2004 que coincide com a entrada da Areeba, representando alternativa à lista de espera da Guiné Telecom da rede fixa. É neste período também que se verifica de forma significativa perturbações do parque acompanhada de desmontagens efectivas de telefones devido ao aumento das possibilidades de escolha dos utentes



Em Nov. de 2004 dá-se a viragem no comportamento das flutuações até aqui verificadas. Curiosamente a maior quebra no parque telefónico no período em análise.

Não se verifica a reposição ou seja não ocorreu a regularização das dívidas mas sim as desmontagens definitivas dos telefones como mostra o gráfico 4.

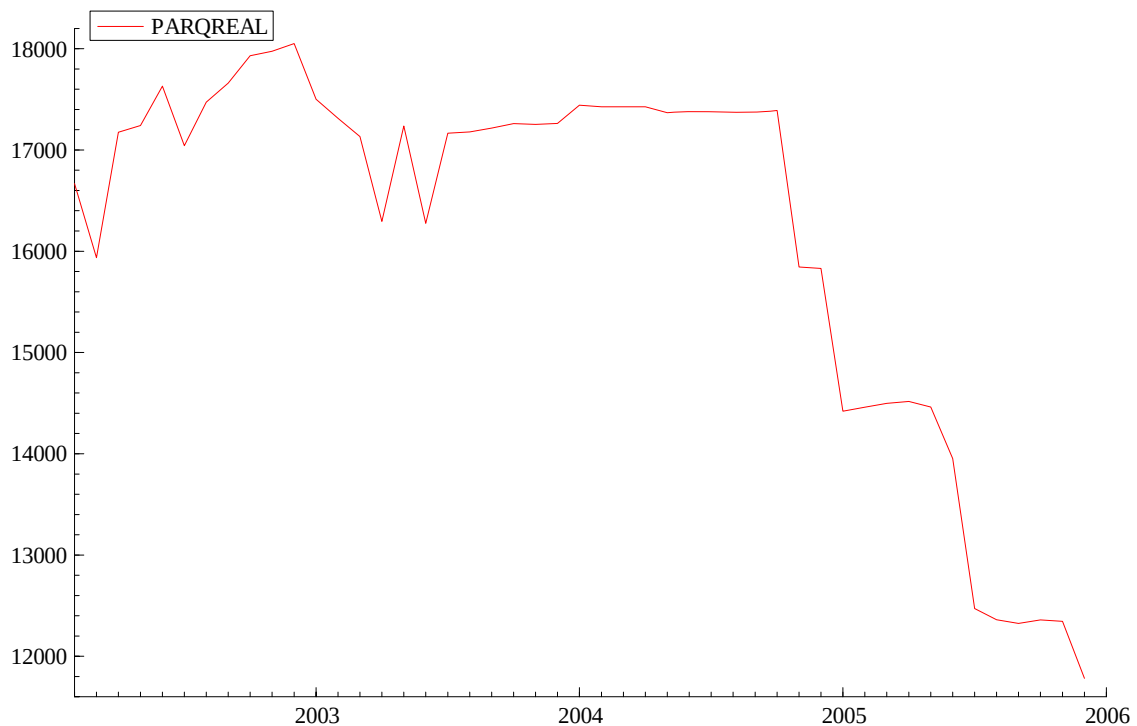
É de notar também que face a ineficácia que esta medida provocou, a solução encontrada foi de se socorrer à lista de espera em Jan. de 2005 e daí a quebra drástica da lista de espera em Fev. de 2005 e consequente aumento ligeiro das montagens no mesmo mês.

De Dez. de 2004 em diante o fenómeno é o mesmo, as quebras registadas no parque não são acompanhadas das respectivas reposições muito embora a lista de espera ainda ser consideravelmente significativas.

Está-se perante um dilema pois as infra-estruturas técnicas estão saturadas e as listas de espera estão se esvaziando cada vez mais. A sustentabilidade do sistema está a partida comprometida se esta tendência perdurar.

Caso a lista de espera em stock pudesse ser satisfeita o parque telefónico teria a seguinte configuração:

Gráfico 5 – O parque telefónico real

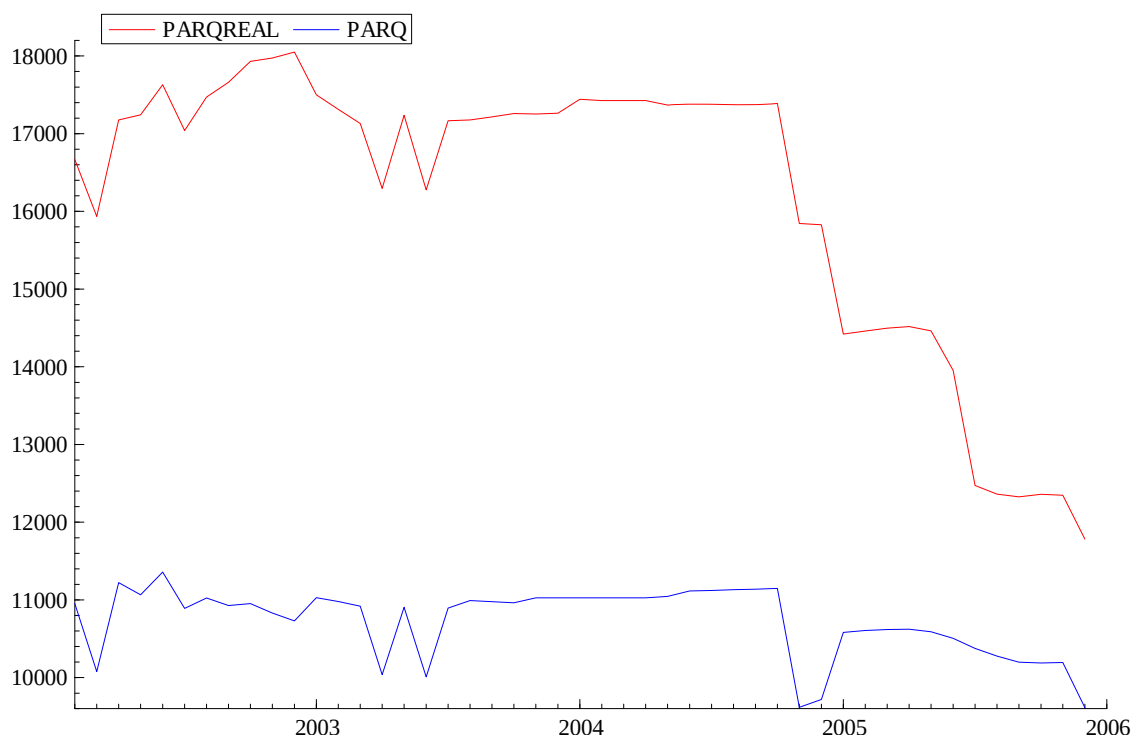


O que significa que muito antes de 2002 o parque telefónico estaria aquém das capacidades existentes quer a nível de comutação como a nível da rede. O que se pode ver é a tendência em sentido contrário para níveis das capacidades existentes.

A gradual perda de cota de mercado deve-se em parte, de não expansão da infraestrutura (principalmente no sector da rede telefónica) capaz de absorver a procura do mercado existente que nesta fase beneficia outros operadores.

Para comparar a disparidade daquilo que seria o parque real e o existente pode-se ver a comparação no gráfico 6

Gráfico 6 – O parque real vs parque actualmente existente



Em Dez de 2002 o parque era de 10731 telefones quando podia estar situado em 18051 o que implica evidentemente que a oferta (capacidade da infra-estrutura telefónica existente, parque) não corresponde a procura (reflectida na lista de espera) do mercado de serviços telefónicos.

Em Dez de 2005 esta relação de procura e oferta modificou bastante tendendo para um equilíbrio com o parque real a deslocar-se perigosamente ao encontro do parque efectivamente existente. O equilíbrio (aparente) a que se refere ocorre quando a linha do parque real interceptar a do parque. No ponto de intercepção ou de equilíbrio o número da lista de espera deixará de existir. Por outras palavras as listas de esperas serão minimizadas senão nulas, como se a comutação e a rede fossem capazes de absorver as pressões a que foram sujeitas nos últimos anos.

O que seria mais eficiente é, o parque evoluísse ao encontro do parque real, a oferta de serviços telefónicos responder a procura (equilíbrio real). Mesmo em queda tendencial em Dez. de 2005, 25 potenciais utentes estão na lista de espera para cada 100 telefones instalados. À prazo esta relação será in comportável em termos de receitas – custos. Esta evidência será notória quando, se nada for feita,

a lista de espera se aproximar do zero porque a redução da lista de espera está sendo feita à custa das desmontagens como referenciado no início deste documento.

Em função dos dados disponíveis para o estudo do comportamento do parque telefónico da Guiné Telecom, estimou-se o seguinte modelo ajustado:

$$\log \text{parq} = \beta_0 + \beta_1 \text{desmont} + \beta_2 \log(\text{listespera}) + \beta_3 \text{guitel} + \beta_4 \text{arriba} + \delta_0 \text{fev} + \delta_1 \text{mar} + \dots \delta_{11} \text{dez} + \nu_t$$

Com os seguintes significados das variáveis:

$\log \text{parq}$ - Logaritmo do parque

desmont - Desmontagens de telefones

$\log(\text{listespera})$ - Logaritmo da lista de espera

guitel , arriba - GuineTel e Areeba: como variáveis qualitativas binárias assumindo valores (0, 1)

- 0(zero) se for o período antes da entrada em funcionamento do operador
- 1 Depois da entrada

fev , mar , $\dots$, dez - Meses. Jan. mês básico comparativo

β_0 - Constante

β_1 , β_2 , $\dots$, β_4 - Coeficientes

δ_0 , δ_1 , $\dots$, δ_{11} - Coeficiente

ν_t - Erro

Os resultados estatísticos do modelo e algumas regressões auxiliares estão em anexo.

Assim em termos estatísticos os dados mensais estudados não evidenciam a existência de sazonalidade no comportamento do parque. São estatisticamente insignificantes as variáveis meses para explicação do seu comportamento.

As restantes variáveis são significativas e consistentes, merecem leituras e compreensão cuidada porque elas de facto são variáveis que explicam o comportamento do parque telefónico sobretudo na significância conjunta que elas fornecem.

Conclui-se que:

- Para cada telefone desmontado por falta de pagamento ou por irregularidades o parque telefónico diminui em média 0,0067% (é quase nulo pelo efeito compensatório da lista de espera). Chamo atenção que a relação entre as duas variáveis no modelo não é linear, susceptível de conduzir à má interpretação
- .
- Um aumento percentual da lista de espera faz aumentar o parque, em média, 0,039% confirmando a importância desta variável na reposição do parque mas não de forma linear. O que implica não ser garantido que quem esteja na lista de espera venha ser cliente de GunéTelecom
- A Guitel, individualmente não é estatisticamente significativa e esperava-se uma correlação negativa com a variável parque mas observa-se o contrário. O que sugere a reconsideração dos dados quanto a fiabilidade nomeadamente precisar exactamente quando a GuineTel se desvinculou da GuineTelecom. Todavia o resultado mostra que com a entrada desta rede, o parque aumentou 1,7%
- Com a entrada da Areeba o parque caiu em média 2,8%
- Um aumento simultâneo das desmontagens e lista de espera (DESMLIST) não tem influência no parque telefónico devido ao recurso deste último para novas montagens telefónicas (efeito compensatório)

Para finalizar este pequeno estudo sobre o estado do parque telefónico há que ter em conta as variáveis receitas vs custos e como estas duas variáveis são influenciadas pela tendência decrescente do parque telefónico.

E por motivos de protecção de dados não pude ter acesso aos dados relacionados com receitas e custos da empresa.

No entanto os dados mostram que para cada mês que passa a lista de espera diminui em 85 subscritores ou potenciais clientes por motivos de compensação das desmontagens ou passarem para ARREBA.

Neste cenário, a previsão é de quatro anos para que se verifique o esvaziamento total das listas de espera se nada for feito para mudar o estado actual das coisas.

Outro factor que deve merecer atenção é o facto de com a entrada do operador ARREBA, o concorrente directo da GT, a lista de espera caiu 60% aproximadamente. O que representa em valor absoluto a perda de 2573 clientes.

Nesta análise de dados do parque nos quatro anos não é evidente que a sua queda tendencial e consequente diminuição da lista telefónica se deve só a estratégia agressiva do seu concorrente mas fundamentalmente da incapacidade da GT satisfazer a procura dos seus serviços.

3-INFRA-ESTRUTURAS TÉCNICAS DA GUINÉ TELECOM

As questões mais relevantes do estado deplorável que o estudo forneceu sobre o parque telefónico da GT, têm haver com a incapacidade de resposta à crescente

procura dos seus serviços num mercado em expansão. Como vimos, nem Comutação e nem a Rede telefónica conseguem responder essa procura.

3.1-Comutação telefónica: os sistemas digitais instalados, não conseguem acompanhar a pressão demográfica assim como a sua manutenção é cada vez condicionada do exterior, quer em termos de reposição de peças defeituosas quer a nível de mão-de-obra.

Comparativamente aos sistemas analógicos da era LM Ericsson, os equipamentos nas sedes provinciais eram dotados de autonomias para operarem localmente em caso de falha nas ligações interurbanas, os novos sistemas nas sedes províncias não possuem estas modalidades e quando há falhas nas ligações ficam sem comunicações locais.

Outro factor de extrema importância no domínio da comutação telefónica que deve ser realçada é: sendo equipamento de alta tecnologia não está dotado de dispositivos de monitorização que permitem controlar chamadas de entradas e saídas internacionais para efeito de tarifação e saldo das contas com os parceiros de interface de comunicações. O saldo tem impacto no saldo de balança de pagamentos na contabilidade nacional. Assunto que será objecto de análise adiante.

Limita-se aceitar simplesmente os registos fornecidos pela PT sem possibilidade de questionar a credibilidade desses registos.

3.2-Rede telefónica: com o crescimento demográfico registado nos últimos anos devido a entrada da Guiné na Zona Monetária vem agravar a pressão que esta infra-estrutura vinha sofrendo ao longo do tempo.

Não sofreu grandes transformações estruturais a semelhança a que foi feita na era de LM Ericsson. Recorda-se que na época a Ericsson substituiu toda a rede telefónica existente assim como foi ampliada, permitindo as facilidades de acesso aos serviços da telefonia principalmente nas zonas densamente povoadas.

3.3-Transmissão: a mais complicada de todas pela sua complexidade nas ligações internacionais. Os projectos sub regional CEDAO, iniciada na década 80 que visava reduzir as distâncias a nível das telecomunicações foram abandonadas fortificando a dependência via cabo submarino fazendo com que a central de transito internacional fique em Lisboa mesmo quando se pretende comunicar com todos os países da CEDAO, excepto Senegal. Após de mais de uma década, as ligações internacionais de e para Guiné-Bissau foram melhoradas com alternativas via satélite mas ainda é congestionada.

Dentro do território nacional, há muitas localidades com importância económica vital que não são atendidas ou as transmissões são deficitárias.

3.4-Edifícios: o edifício sede da Guiné Telecom em Bissau há muito que deixou de ser digno duma instalação das telecomunicações. Não há indício de uma intervenção de manutenção e conservação quer nas fachadas como no seu interior, algo escuro em qualquer período do dia.

Fluxos intensos de pessoas estranhas não credenciadas no interior do seu perímetro que comprometem os padrões de segurança minimamente exigida para uma instituição daquela natureza.

3.5-Parque Internet: o fornecimento deste serviço é uma prioridade para todos os governos do mundo. É um instrumento do desenvolvimento.

Há enorme deficit no fornecimento deste serviço quer a nível de administração pública como no sector privado. Chega-se a percorrer quase uma dezena de quilómetro para aceder ao precioso serviço cujo funcionamento requer muita paciência do utilizador.

Para muitos cidadãos Guineenses as tecnologias de informação e das comunicações fazem parte da ficção científica.

Importa compreender as estratégias e políticas no âmbito EU e UEMOA.

3.5.1-As Tecnologias de Informação e das Comunicações – TIC

3.5.1.1-União Europeia

As tecnologias da informação e das comunicações (TIC) permitem acelerar o ritmo do progresso técnico, da modernização e do ajustamento estrutural da economia. Dado que as TIC estimulam, em grande medida, a competitividade, a União Europeia (UE) deve aproveitar todas as possibilidades por elas oferecidas de modo a contribuir para a realização dos objectivos de Lisboa. As TIC têm, pois, um papel essencial a desempenhar neste processo. Através da presente comunicação, a Comissão pretende lançar um grande debate político sobre a estratégia da UE para além de 2005 no domínio da sociedade da informação.

No Conselho Europeu de Lisboa, realizado em Março de 2000, os chefes de Estado e de Governo da União Europeia lançaram uma estratégia destinada a preparar a UE para os desafios do novo século, que ficou conhecida como a “estratégia de Lisboa”. Os objectivos fixados em Lisboa – maior crescimento, mais e melhor emprego e maior inclusão social – eram ambiciosos. Considerou-se que as tecnologias da informação e das comunicações (TIC) iriam desempenhar um papel fundamental na sua consecução. Este papel fundamental da “Sociedade da informação para todos” foi confirmado no Conselho da Primavera de 2004 [1] e no recente “Relatório Kok” [2]

3.5.1.2-Contributo das TIC para os objectivos de Lisboa¹

As TIC são um elemento fundamental da estratégia de Lisboa. A sua importância decorre do contributo que dão para o desempenho global da economia e ainda dos benefícios que oferecem à sociedade em geral. A importância das TIC pode resumir-se do seguinte modo:

- Primeiramente, o sector dos equipamentos e serviços TIC é um sector importante por si só. Passou de 4% do PIB da UE no início dos anos noventa para cerca de 8% e representava 6% do emprego na UE em 2000

¹ Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões
Bruxelas, 19.11.2004

[4]. É um dos sectores mais inovadores, representando 18% da despesa global da UE em investigação e desenvolvimento (I&D) [5]. É também um dos mais produtivos, registando um crescimento médio anual da produtividade de 9% durante o período 1996-2000 [6].

- Em segundo lugar, as TIC são fundamentais para impulsionar a produtividade e melhorar a competitividade. 40% do aumento da produtividade registado na UE entre 1995 e 2000 ficaram a dever-se às TIC[7] . Os ganhos económicos associados às TIC decorrem directamente do crescimento e da inovação nos mercados dos produtos e serviços TIC e da utilização das TIC para aumentar o nível de desempenho das empresas. Acresce que as TIC são, cada vez mais, parte integrante dos mercados de produtos e serviços, através da incorporação de componentes TIC nas mercadorias (p. ex., dispositivos de consumo, automóveis, dispositivos médicos) ou enquanto elementos dos serviços oferecidos (monitorização da entrega de encomendas, serviços bancários em linha). Diversos elementos empíricos sugerem que a diferença de produtividade entre a Europa e os EUA se deve, em grande parte, ao menor investimento nas TIC na Europa.

- Por último, as TIC promovem o exercício da cidadania e a qualidade de vida. As TIC permitem que um maior número de pessoas beneficie de mais e melhores serviços. A existência de novas ferramentas da informação contribui para melhorar a transparência e a abertura, bem como as relações entre os governos e os cidadãos. As TIC são ainda um instrumento poderoso para preservar e promover a diversidade e o património cultural europeus, proporcionando uma disponibilidade generalizada de conteúdos.

Diversos países da UE destacam-se na adopção e obtenção de ganhos provenientes de inovações nas TIC [8]. No entanto, o nível médio de desempenho na Europa na materialização das potencialidades das TIC tem

de melhorar substancialmente. Num contexto em que a Europa não está a atingir os objectivos de Lisboa, é essencial que as oportunidades das TIC sejam plenamente exploradas [9].

3.5.1.3-As políticas no domínio da sociedade da informação²

Dado o enorme potencial de crescimento deste sector, é necessário avançar com políticas específicas e adaptar as actuais aos novos progressos. Devem estabelecer-se ligações entre as diversas iniciativas no domínio da sociedade da informação na UE, suprimindo os limites sectoriais e assegurando uma difusão homogénea das TIC na sociedade.

A nível mundial, este mercado está em desenvolvimento rápido, nomeadamente na China, na Índia e no Brasil. A UE deve, pois, acompanhar de perto a evolução do sector nestes países. Impõe-se igualmente uma estreita cooperação internacional para fazer face às ameaças que pesam sobre a segurança das redes e prevenir a cibercriminalidade.

Embora a UE e os Estados-Membros apoiem já o esforço de investigação das empresas europeias, as necessidades em termos de investigação e desenvolvimento (I&D) neste domínio são crescentes. Do mesmo modo, é cada vez mais necessário desenvolver a investigação sobre o impacto socioeconómico da aplicação das TIC nos diferentes sectores.

Questões para uma política da sociedade da informação pós-2005

As mudanças introduzidas pela utilização das TIC não são apenas técnicas. Surgem novas estruturas socioeconómicas e novas formas de governação que implicam novos modos de comunicação e de interacção entre os cidadãos, as empresas e o Estado. Neste contexto, a Comissão identificou temas considerados importantes, nomeadamente:

² Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das regiões, de 19 de Novembro de 2004:

- **Conteúdos e serviços:** a UE deve apoiar os fornecedores de conteúdos e favorecer o surgimento de serviços inovadores. Devem ser eliminados os diversos obstáculos que travam o desenvolvimento de novos serviços e conteúdos, para que os utilizadores e as empresas possam daí retirar benefícios.

- **Info-inclusão e cidadania:** o exercício da cidadania prende-se com a participação de todos na sociedade. Através das políticas de info-inclusão pretende-se garantir a todos o mesmo acesso às TIC e a mesma disponibilidade a preços moderados. No entanto, o surgimento de novas tecnologias complexas marginaliza os grupos que não estão em condições de as utilizar. Para evitar a formação de novas clivagens, é necessário proporcionar a todos uma literacia digital e tornar fácil a utilização das tecnologias.

- **Serviços públicos:** a utilização das TIC neste sector reforçará a democracia e a transparência. Proporcionará ainda serviços mais eficazes e de melhor qualidade. O **eGoverno**³ define-se como a utilização das tecnologias da informação e das comunicações (TIC) nas administrações públicas, combinada com mudanças a nível da organização e novas aptidões do pessoal. O objectivo é melhorar os serviços públicos e reforçar os processos democráticos e de apoio às políticas públicas. Garantir a toda a gente o acesso aos serviços públicos em linha é condição sine qua non para a generalização da administração em linha. A questão é tanto mais importante quanto o risco de «clivagem digital» – ligado à desigualdade de acesso à informação e às tecnologias informáticas – é bem real. Nesta

³ Comunicação da Comissão, de 26 de Setembro de 2003, ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - O papel da administração em linha (eGoverno) no futuro da Europa

perspectiva, o ensino e a formação são essenciais para adquirir os conhecimentos de informática necessários para tirar o maior partido dos serviços oferecidos pela administração pública em linha. A aprendizagem da informática constitui, aliás, uma das prioridades do novo programa eLearning. A maior acessibilidade aos serviços passa igualmente pelo reforço da abordagem multiplataformas (acesso aos serviços através de diversas plataformas: computadores pessoais, televisão digital, terminais móveis, pontos de acesso à Internet públicos, etc.).

- **Qualificações e trabalho:** é necessário reforçar a componente TIC em todos os ciclos de aprendizagem e formação de modo que todos possam adquirir qualificações neste domínio. A Europa deve aplicar as TIC nos locais de trabalho para aumentar a sua eficácia e oferecer empregos com maior qualificação.
- **TIC, sector de actividade essencial:** as TIC constituem uma actividade económica de grande importância, abrangendo os mercados da informática, das comunicações electrónicas e do audiovisual. Para que a Europa atraia mais o investimento estrangeiro, é importante criar um ambiente favorável à concorrência, tão transparente e simples quanto possível.
- **Interoperabilidade:** a interoperabilidade deve ser garantida em todos os níveis (operadores, fornecedores de conteúdos ou serviços e consumidores), bem como entre serviços, legislações e práticas administrativas, que diferem de país para país.

Confiança e fiabilidade: é essencial que as redes sejam simultaneamente seguras e fiáveis. Por um lado, os consumidores desejam que a sua vida privada seja protegida e que se lute contra as práticas comerciais ilegais e os conteúdos

ilícitos. Por outro, as infra-estruturas da vida moderna assentam em grande parte nas TIC e dependem umas das outras, podendo qualquer disfuncionamento ter pesadas consequências.

Exploração das TIC pelas empresas: dado que a utilização das TIC pelas empresas continua a ser um factor determinante da competitividade europeia, é necessário que elas, em especial as PME, recorram cada vez mais a essas tecnologias.

3.5.2-União Económica e Monetária de Africa Ocidental

No âmbito da União Económica e monetária da Africa Ocidental (UEMOA), o Programa económico Regional (PER) 2004-2008⁴, as preocupações sobre **Novas**

⁴ Conselho de Ministro da UEMOA-Decisão nº 01/2004/CM/UEMOA

Tecnologias de Informação e das Comunicações (NTIC) estão bem presentes quando trata as questões ligadas as telecomunicações.

O sector das telecomunicações (11. 1.4) faz parte dos Eixos de Intervenção do PER 200-2008.

Neste documento o programa de acção visa reduzir o custo das telecomunicações e melhoramento de qualidade dos serviços. Recomenda acções a nível sub regional, que permitam os Estados Membro de se equiparem de infra-estrutura de Informação e Comunicação através de redes de fibras óptica, para melhorar a qualidade da fiabilidade dos serviços telefónicos e abrir novos horizontes para o desenvolvimento dos serviços deficitários, nomeadamente a Internet.

O programa de acção para a promoção das NTIC, o programa é semelhante ao programa da EU, dando ênfase também na utilização das NTIC nas administrações públicas e centros pilotos comunitários multimédia dos Estados membros.

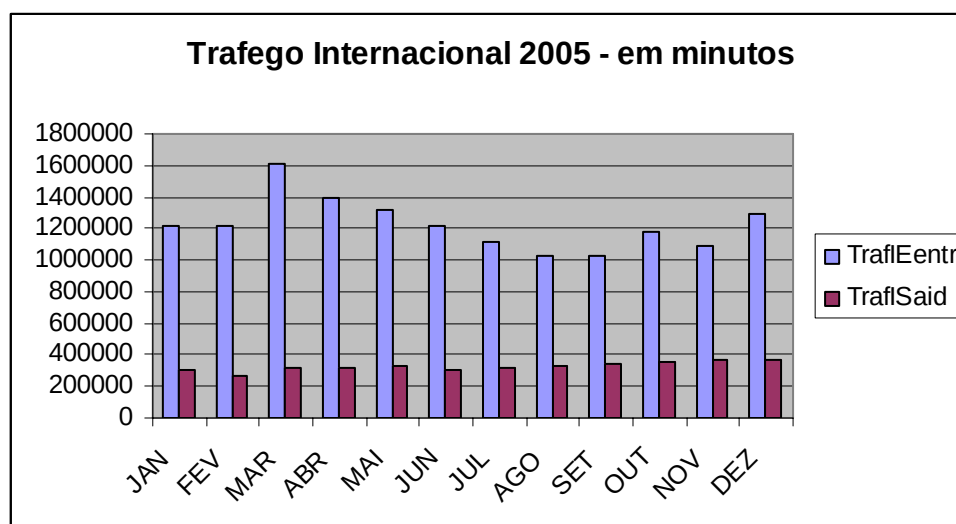
4-TRÁFEGO INTERNACIONAL

O volume do tráfego nas comunicações telefónicas internacionais foi sempre significativo e a partir de 1986 o fluxo aumentou ainda mais com a emigração crescente dos guineenses. Em 1987 o volume do tráfego das comunicações, de e

para Guiné ocupava 5º lugar no conjunto das rotas intercontinental asseguradas pela Marconi Portuguesa. No entanto, como foi sublinhado atrás, nunca a Telecom Guineense esteve e nem está apetrechada de medir o seu volume de tráfego internacional para efeitos de tarifação. Se essa possibilidade existir, então alguém encobre a essa informação.

Antes, esta operação era feita pela companhia Marconi, hoje o serviço é assegurado pela PT Telecom. Ocasionalmente é fornecido alguma informação sobre chamadas de saídas e entradas.

Assim em 2005, o comportamento em minutos das chamadas telefónicas foi o seguinte:

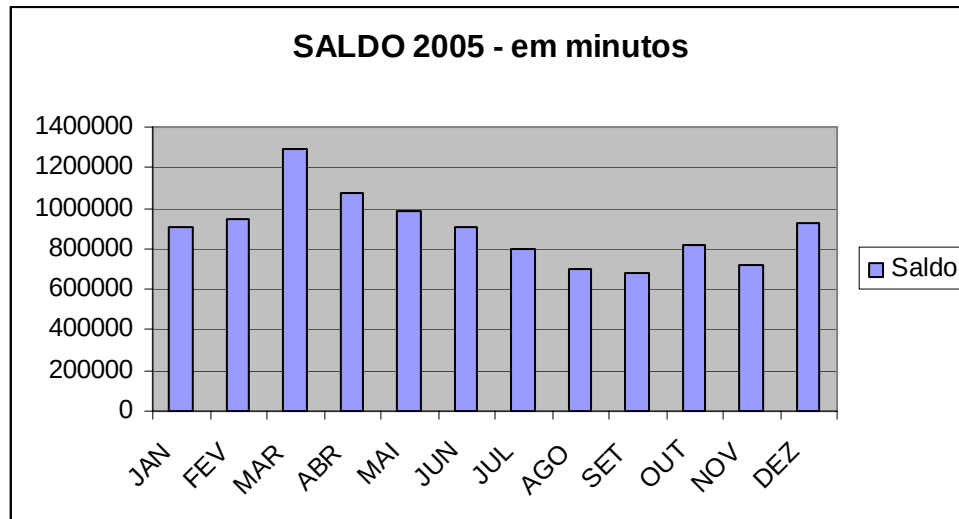


O volume das chamadas de entrada em minutos, é de longe superior à das saídas, ou seja, as chamadas provenientes do resto do mundo são consideravelmente significativas. Por ex. no mês de Março do mesmo ano as chamadas do resto do mundo (entradas), tiveram a duração de 1 611 339 (um milhão e seiscentos e onze mil e trezentos e trinta e nove) minutos contra 315 639(trezentos e quinze mil e seiscentos e trinta e nove) originadas a partir da Guiné.

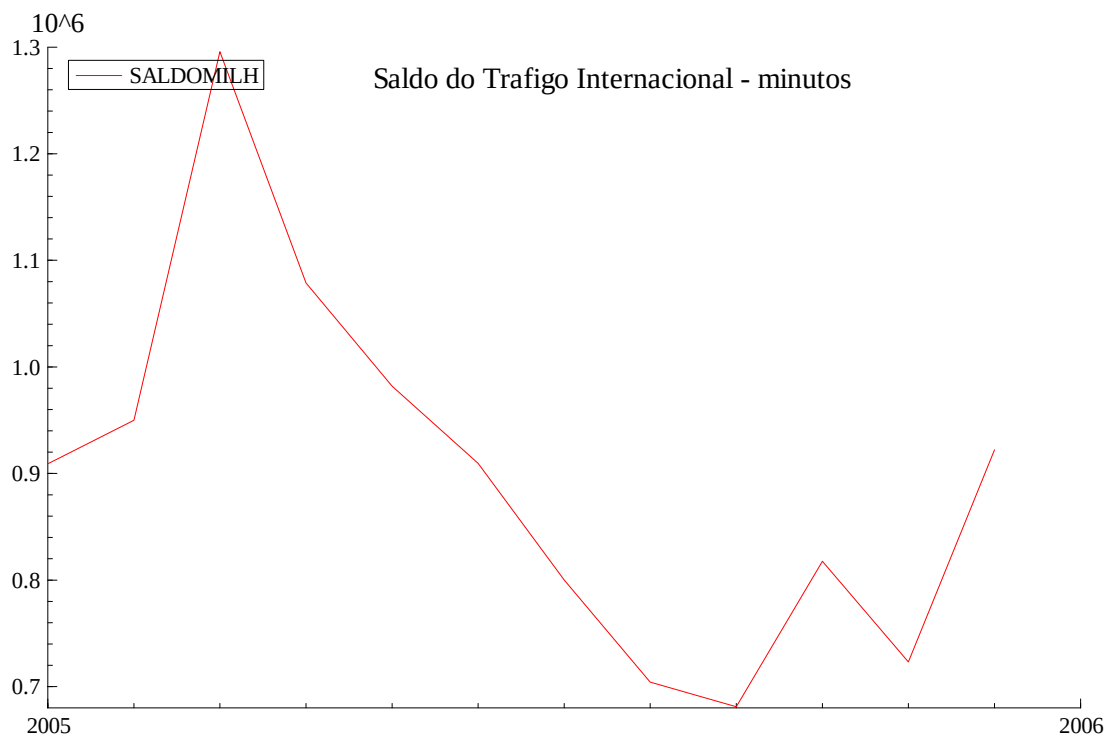
A acreditar na veracidade de impossibilidade de controlo das chamadas internacionais, implica que as suas origens não são discriminadas, ao menos que alguém nos forneça esses dados.

Com isto, as chamadas do resto do mundo, embora tecnicamente são identificadas como chamadas provenientes de Portugal mas na verdade muitas

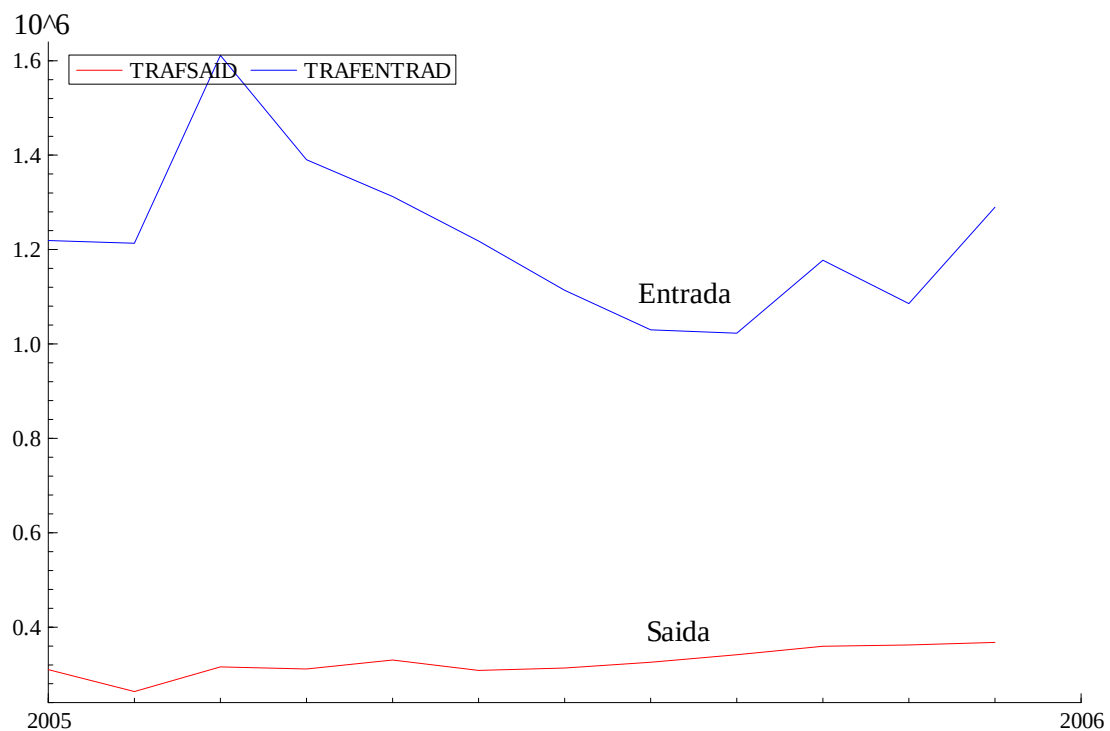
delas não têm origem em Portugal. Se pretendemos saber o saldo mensal em minutos, temos que fazer a diferença entre as chamadas de entradas e saídas. O custo duma chamada é suportado pelo seu originador e aplica-se o mesmo princípio para trânsitos internacional das comunicações.



O saldo em minutos é favorável à Guiné Telecom para qualquer mês do ano 2005. No mês de referência, Março de 2005, o saldo foi de 1 078 871 minutos. Visto numa outra perspectiva (no gráfico seguinte) as comunicações internacionais por telefones da rede fixa sofreu uma queda acentuada devido da entrada de operadores de rede móvel, esta tendência poderá estar na origem de uma nova parceria no domínio de rede móvel, desligando a GuinéTel da empresa mãe Guiné Telecom na qual a PT Telecom detém capital maioritária de 55%.



O que vemos é a queda acentuada a partir do mês de Março até Setembro. De Setembro em diante houve uma ligeira subida. Mas qual das componentes do saldo que provocou esta ocorrência? A resposta desta questão é o que vamos ver a seguir analisando os tráfegos de saída e entrada:



Está claro que as chamadas do resto do mundo provocaram as sucessivas quebras nos saldos mensais. O gráfico também fornece uma importante explicação. Repara-se que as chamadas de saídas mantêm-se estáveis quando comparadas com as chamadas de entradas. Isto significa que há desvio de chamadas de entrada para os telefones das redes móveis, considerando que os dados aqui analisados só dizem respeito a rede fixa. Outra explicação não menos importante é, o comportamento estável do tráfego de saídas, indiciando a indiferença dos assinantes da rede fixa face as novas modalidades de rede móvel, pelo menos nas comunicações internacionais no ano 2005.

Na ausência de dados, por razões já mencionados que se prendem com a dependência externa relativamente as telecomunicações não se pode aprofundar muito a evolução do tráfego internacional dos últimos 15 anos.

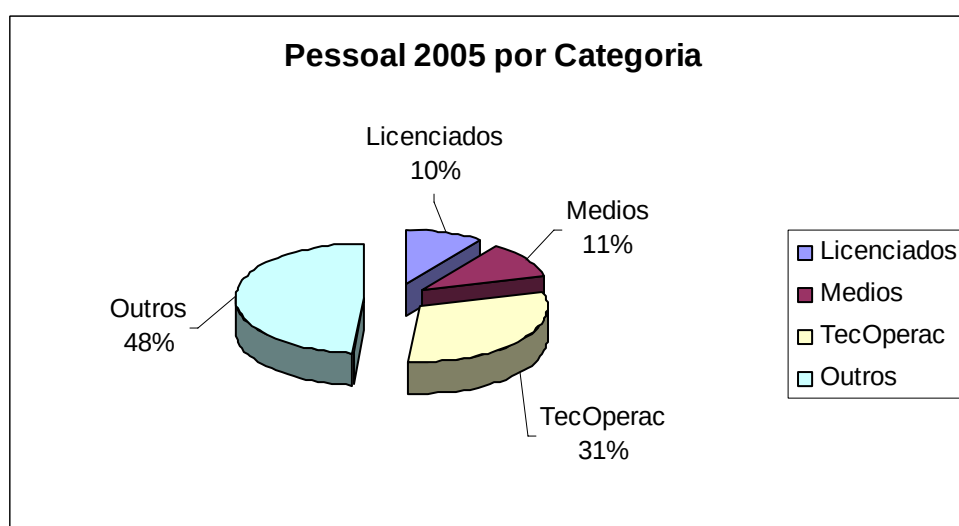
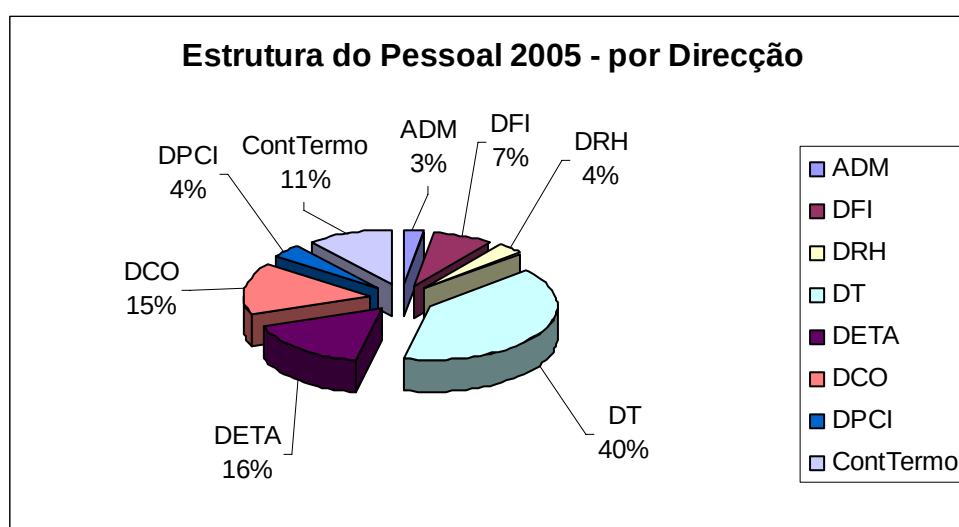
As informações respeitantes ao tráfego internacional nunca foram transparentes e quando existir alguma, é de pouca fiabilidade. No sistema semi-automática todas chamadas internacionais passavam pelas operadoras, apesar de pouco eficiente, eram passíveis de controlo.

5-RECURSOS HUMANOS

Desde que começou a vigorar a nova era da empresa de capital mista, o pessoal efectivo tem vindo a diminuir drasticamente, assente na filosofia de reestruturação que nunca incorporou tecnologias verdadeiramente reformistas capazes de acompanhar essas reformas. É um sector que exige formação contínua dos seus quadros, coisa que deve ter ficado só nos primeiros anos e o tudo resto ficou só no papel ou meras intenções. Fazem-se montagens de equipamentos de telecomunicações sem participação de quadros técnicos nacionais, retirando-lhes a capacidade futura de intervenção nos mesmos equipamentos. Tudo aponta no sentido de se resumir num centro de telecomunicações controlado a distância, dispensando qualquer presença de técnicos nacionais. A manutenção nestas condições far-se-á com deslocações periódicas de técnicos estrangeiros.

Está em curso um processo, dentro da Guiné Telecom, de sensibilização para a reforma antecipada duma parte substancial do seu corpo efectivo, sob pena de só o poderem fazer aos 65 anos a semelhança da idade de reforma praticada em Portugal, quando na Guiné-Bissau a probabilidade⁵ à nascença de não viver até 40 anos é de 42,9%.

A estrutura dos Recursos Humanos resume-se num total de 208 efectivos compostos da seguinte maneira:



⁵ Relatório do Desenvolvimento Humano: PNUD-2005

Com esta breve apresentação do estado em que se encontra a Guine Telecom, convém retomar uma observação feita no capítulo introdutório deste documento que tem haver com a falsa expectativa formada na década 80. Aquele período corresponde a implementação de novo paradigma do desenvolvimento para os países em vias do desenvolvimento (PVD), baseada no Washington consensus.

5.1-Washington Consensus

O Washington Consensus é um modelo de desenvolvimento que emergiu nos anos 80 como uma estratégia que todos os países em desenvolvimento deveriam seguir. Qualquer país que procurasse assistência do FMI ou Banco Mundial deveria seguir as políticas prescritas pelo WC.

O WC evoluiu para um modelo que consistia em onze ou doze componentes (muitas das quais “emprestadas” pela experiência dos países da América Latina). Estes países caracterizavam-se por problemas de política pública; decréscimos do PIB e PNB; défices orçamentais muito elevados; altos montantes de dívida externa; taxas de juro muito baixas e, conseqüentemente, baixas taxas de retorno; e taxas de inflação muito altas e voláteis.

As componentes principais são: liberalização do comércio, liberalização financeira, liberalização do capital estrangeiro (eliminação das barreiras do IDE), assegurar os direitos de propriedade (incluindo os intelectuais), unificar as taxas de câmbio e torná-las competitivas, disciplina fiscal – diminuir as despesas públicas, mudar as despesas para a saúde, a educação e as infra-estruturas, alargamento da base fiscal e eliminação das taxas marginais de impostos e aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho.

A introdução das medidas e políticas de estabilização do paradigma tiveram sucesso em países como o Brasil e a Argentina. Assim, assumiu-se que o modelo funcionava para todas as economias.

O argumento do WC é que para obter uma afectação eficiente dos recursos é necessário estabilidade, liberalização e **getting prices right**. O principal

objectivo é fornecer uma fórmula para criar um sector privado vibrante e estimular o crescimento económico. No entanto, é uma estratégia avessa ao risco devido ao medo subjacente às crises financeiras.

O sucesso do paradigma como doutrina intelectual reside na sua simplicidade de aplicação, com instrumentos e objectivos simples e porque aborda problemas de primeira ordem.

A Guiné-Bissau iniciou a liberalização económica em 1986, o sector das telecomunicações passou a ser alvo de interesse externa. Pensava-se que o sector ganharia muito com as privatizações/parceria, traria o progresso técnico, melhores instalações, emprego, boa gestão e infinidades de vantagens associadas. Contudo nenhum estudo na época foi feito. Provavelmente o seu valor foi estimado baseado em opiniões. Nem se quer foi leiloado de forma a tirar maior proveito da parte que se pretendia alienar. O sector estava equipado com tecnologia adequada para época, quadros superiores recém-licenciados eram incorporados, técnicos operacionais cada vez mais autónomos e nalgumas sub divisões são altamente competentes, dispensavam a presença estrangeira.

A sublinhar também que a área administrativa era a mais atrasada de todas mas a médio e longo prazo, essa dificuldade iria ser superada a medida que iam chegando quadros nacionais do exterior.

Menos de dez anos do início da primeira transformação no sector das telecomunicações tudo mudou e passados outros 16 anos, o cenário não é dos melhores.

6-OFERTA PUBLICA DE AQUISIÇÃO – OPA

Uma oferta Publica de Aquisição (OPA), consiste em lançar uma oferta directamente aos accionistas através da imprensa financeira, pagando a empresa adquirente um preço fixo por acção, suficientemente acima da cotação do mercado para incentivar os accionistas da empresa adquirida a venderem as suas acções. Nestas condições o accionista da empresa tem três opções: aceitar a oferta, manter as acções ou vender as acções no mercado.

6.1-A OPA da Sonae sobre a Portugal Telecom

A luz do código das Sociedades Comerciais Portuguesa a OPA só se concretiza depois cumpridos certos requisitos formais que vai desde a sua publicação na Comissão de Mercados de Valores (CMVM) à Autoridade da Concorrência. Se qualquer um dos accionistas do Portugal Telecom quiser lançar uma OPA concorrente à operação lançada pela Sonae, a oferta terá que ser no mínimo 5% superior à proposta, o que rondará os 10€ (a oferta da Sonae é de 9,5€).

A Sonae é obrigada, pela mesma lei, o envio do anúncio preliminares à CMV e no prazo de 20 dias para entregar o pedido do registo da operação.

Ainda antes disso, a Sonaecom é obrigada pela lei da Concorrência a notificar a Autoridade da Concorrência (Adc) sobre a operação de notificação.

À Portugal Telecom e a PT Multimédia cabe enviar ao regulador CMVM e a Sonae um relatório sobre a oportunidade e as condições da oferta. Por outro lado, e até que haja uma decisão dos reguladores, os conselhos de administração das duas empresas ficam em gestão corrente, não podendo tomar qualquer medida que altere de modo significativo a situação patrimonial do grupo PT ou Multimédia. Fica igualmente condicionada qualquer decisão relativa à distribuição antecipada de dividendos.

A desblindagem dos estatutos da PT é outra das condições de sucesso da OPA lançada pela Sonaecom. Para que se possa concretizar a operação, o Estado português, que detém uma ‘golden share’ na PT com poderes de veto sobre qualquer alteração estatutária, terá que aceitar a reformulação dos estatutos, nomeadamente no que se refere a eliminação dos privilégios inerentes à mesma ‘golden share’.

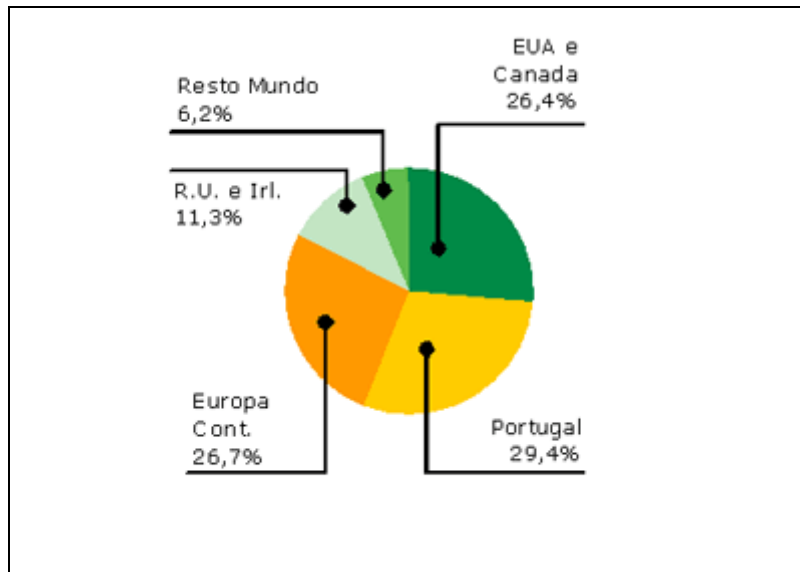
E mais, os estatutos devem permitir que qualquer empresa concorrente possa controlar mais de 10% do capital do operador incumbente e reformular o limite à contagem de votos emitidos por um só accionista que é também de 10%.

Maiores Accionistas /Participações Qualificadas⁶

Accionistas	Nº de Acções	%
Telefónica	112.473.826	9,96%
Grupo Banco Espírito Santo	91.218.775	8,08%
Brandes Investments Partners	86.529.121	7,67%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	59.275.428	5,25%
Telefónos de México, S.A.	38.460.000	3,41%
Paulson & Co. Inc.	26.385.303	2,34%
Grupo Fidelity	23.592.185	2,09%
Fundação José Berardo	23.357.466	2,07%
Grupo Barclays	23.216.664	2,07%
UBS AG	22.779.481	2,02%
Ongoing Strategy Investments	22.600.000	2,00%
Total Identificado	529.888.249	46,94%

⁶ Fonte: PT Telecom

Distribuição Geográfica da base accionista⁷



6.2-Efeitos da OPA na Guine Telecom

Uma primeira análise resultante da OPA Sonaecom sobre PT caso venha concretizar-se, é o total controlo da empresa nas mãos privada consequentemente a 'Joint Ventures' na Guine Telecom estará sob poderes dos novos ocupantes da PT.

A segunda é, caso o Estado português deixa de ter poderes na PT, haverá razões do Estado Guineense renunciar a parceria estabelecida e no pior dos cenários, comprar os 40% do capital detido pela PT Telecom. A GuineTel passará a pertencer à GuineTelecom automaticamente alicerçado nos mesmos fundamentos jurídicos invocados pela administração da PT nos novos arranjos nas telecomunicações da Guiné.

A terceira é, mesmo que o Estado Guineense pretendesse que os 40% do capital fosse privado, os potenciais investidores Guineenses e empresas de

⁷ Fonte: PT

Telecomunicações que operam na Guiné ficarão fora do negócio, caso a OPA lançada pela Sonaecom sobre PT se vier a concretizar.

A quarta, a Sonaecom poderá abdicar de todas as participações onde não tem posição dominante, segundo as declarações veiculadas nos media. Neste caso, a GuineTel ficará no grupo porque a PT detém 55% na rede móvel da parceria.

Porém, o Estado Guineense deve empenhar-se em consultas jurídicas no sentido de avaliar a sustentabilidade do acordo face a eventual aquisição da PT Telecom pela Sonaecom.

7-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da Guine Telecom não passa de uma ‘joint ventures’. Vejamos a sua definição.

Joint Ventures⁸ são combinações parciais de negócios, em que duas ou mais empresas se associam para prosseguir um projecto em comum; os accionistas são sócios do negócio conjunto. As joint ventures são populares como meio de facilitar a transferência de tecnologia, aumentar a quota de mercado, e diversificar negócios. Existe uma extensa literatura sobre o impacto das joint venture sobre a competitividade do mercado. Portanto há argumentos a favor e contra a joint venture:

Argumentos a favor das joint ventures:

- Permitem economias de material e pessoal
- Minimização do risco de projectos
- Diversifica as fontes de oferta
- Ultrapassa as limitações de capacidades e tecnologias

⁸ Carlos Pestanas Barros do ISEG em Avaliação Financeira de Projectos de Investimentos, 1999, Ed. Vulgata

- Economiza na informação necessária ao lançamento do projecto

Argumentos contra:

- Um dos parceiros corre o risco de que o outro lhe roube a tecnologia
- O controlo conjunto pode ser conflituoso
- Há incentivo para um dos parceiros ser passageiro clandestino, recebendo o resultado sem contribuir para ele
- Pode aparecer problemas de preços de transferência
- A regulação da actividade de joint venture pode ser muito limitativa.

Privatização

Uma privatização é alienação duma empresa pública, ou de capital pública numa empresa de capital privada. Portanto o desengajamento do Estado na actividade empresarial. A privatização pode ser feita através de leilão, em bolsa ou em qualquer outra instituição financeira autorizada para tal. Esse desengajamento pode ser faseada como vimos o caso da PT Telecom.

Vimos também em que contexto surgiu liberalização do mercado/privatização, como modelo ideal para o desenvolvimento dos PVD.

Eu sou a favor das privatizações daquilo que é privatizável. Quando a canalização de recursos do Estado para o privado resultar no benéfico social.

O sector das telecomunicações é apetecível ao capital estrangeiro e porque não o sector financeiro? Os onde estão os bancos?

Compreendo que o país teve um passado recente complicado e ainda atravessa algumas dificuldades mas não beliscou interesses no sector das telecomunicações. Não é novidade nenhuma se verificarmos os Investimentos Directos Estrangeiros (IDE) na Africa Sub Sahariana, donde quase na sua maioria direccionados para países produtores de petróleo mesmo quando estes estão em guerra. O factor risco nestes países é irrelevante o que conta sim é a rentabilidade do negocio e mais nenhum factor de ponderação é considerado proeminente.

O que se verifica na Guiné relativamente aos sectores de comércio retalhista ou grossistas, nos transportes, nas pescas, farmácias, etc., são provas de que há sectores que podem funcionar em regime de concorrência cujo desengajamento não cria grandes problemas.

As telecomunicações devem ser privatizada num estágio do desenvolvimento avançado, numa condição financeira mais vantajosa para o Estado e o país.

Deve participar nas políticas de desenvolvimento através de fornecimento de serviço NTIC com preços acessíveis aos cidadãos ou ainda num estágio de desenvolvimento onde mais operadores possam gerar preços de concorrência.

O caso português como qualquer outro país desenvolvido, tal como os conhecemos hoje, passou por um processo longo na construção dos seus mercados.

Portugal iniciou o processo de privatizações nos anos noventa. A PT Telecom foi edificada pela participação do Estado e, se abdicar da golden share poderá obter ganhos financeiro na ordem de 202 milhões de euros, tendo em conta a oferta da Sonaecom de 9,5€ por acção. Mesmo aqui, a minha análise sugere que essa fusão fortificará o monopólio no mercado das telecomunicações em Portugal.

Outro exemplo merecedor de realce é, o Estado português sempre se preocupou em salvaguardar o interesse do país quando iniciou o processo de privatização da PT ao mesmo tempo que ganhava avultadas somas financeira.

E a GuineTelecom? Qual era o seu valor? Como foi avaliada? Que interesse nacional foi salvaguarda? Provavelmente terá golden share noutros moldes.

Fazendo recurso ao argumento-contrário da joint ventures verificamos os seus postulados na GuineTelecom e associados quase na perfeição: quanto ao argumento a favor eram as expectativas formadas na altura que não passou do papel.

O interesse nacional parece estar salvaguardado quando vemos que o Estado Guineense controla 50%. É falso. Basta ver que o primeiro joint ventures o

Estado detinha 49% e como a rede móvel está em expansão convém que um dos passageiro seja clandestino. A PT passa a controlar o sector da rede móvel e quanto ao seu parceiro Estado é lhe retirado a gestão da empresa mesmo quando detém 50% da capital social da empresa.

Parece-me também ser deveras importante referir que os sucessivos administradores delegados, dos vários Governos da Guiné nos últimos anos na gestão do sector das telecomunicações, não são portadores de políticas concretas, inovadoras e estruturantes.

Seja quem for o administrador executivo da empresa, a sua gestão deve ser baseada:

- Nas linhas de orientação conjunta
- Nos objectivos comuns previamente fixados incluindo a politica nacional e sub regional da integração – UEMOA/CEDAO
- Nos planos de médio e longo prazo para o sector, incluindo a capacitação dos seus quadros dotando-os de competências de excelência
- (...)

A gestão não é transparente, informações de interesse geral não estão disponíveis mesmo quando se pretende obtê-las de forma ortodoxa. Porque Internet é coisa dos outros ou porque determinadas informações de natureza estatística dependem do aval dum director que geralmente não está disposto que essas informações sejam analisadas por alguém que não é do sistema. Mas na metrópole a transparência não é um problema.

Durante a minha estadia em Bissau, Maio/Junho 2006, recusaram-me o acesso aos dados por razões acima expostas, dados esses que em qualquer relatório de contas são divulgados. Quando chego á Lisboa numa reunião com um director da PT Telecom, este oferece-me o relatório anual de contas 2005 por cortesia e sem pedido prévio. Do resto este relatório está na Internet, no site da PT acessível a qualquer um, em qualquer ponto do planeta.

Mais vergonhoso ainda é, na GuineTel quando se trata de dados, remetem o assunto a Autoridade Reguladora. A autoridade Reguladora por sua vez remete o assunto a GuineTel. Tal é, que ninguém sabe informar a data concreta que a rede móvel começou a operar, daí a observação que fiz no estudo econométrico.

De forma nenhuma podia terminar este documento sem antes frisar, o deficit de debate de ideias na Guine Telecom ao nível dos seus quadros. Alguns até são altamente qualificados e competentes. Mas o que vale esses atributos se não contribuem para o desenvolvimento do país?

Associado a este vazio, persiste o eterno antagonismo e luta pelos cargos de Direcção abrindo espaço à uma politica de gestão ‘dividir para melhor reinar’ que assistimos hoje na joint ventures.

Passados 16 anos de parceria sob lema de privatização/parceria, estamos em condições de avaliar benefícios e custos da mesma. Baseando na leitura deste documento, o leitor poderá responder a pergunta seguinte:

Será mais vantajoso a Guine Telecom/GuineTel serem empresas de natureza Pública, Mista ou Privada?

Este pequeno estudo é ponta do iceberg dos factos, é ponto de partida se as vontades das partes assim o entenderem e porque as opiniões são um travesti dos factos, um embuste do real pelo virtual, donde opiniões no lugar de factos são, o caminho mais directo para o desastre.

Resta agradecer outros, no contributo para constituição de dados que tornaram possível produzir este trabalho.

Lisboa, 02 de Janeiro de 07

Ussumane Seidi

Licenciado em Economia pelo ISEG

8-ANEXOS

DADOS GT Fev. de 2002 – Dez de 2005-Calculos do Autor

Periodo	parq	t	guitel	arriba	ListEspera	DesmontagTelef	MontagTelef
Fev-02	10 952	1	0	0	5 716	0	103
Mar-02	10 077	2	0	0	5 858	0	125
Abr-02	11 222	3	0	0	5 954	4	149
Mai-02	11 065	4	0	0	6 177	295	189
Jun-02	11 358	5	0	0	6 272	104	165
Jul-02	10 891	6	0	0	6 151	187	134
Ago-02	11 024	7	0	0	6 448	12	142
Set-02	10 927	8	0	0	6 733	3	139
Out-02	10 953	9	0	0	6 977	0	118
Nov-02	10 830	10	0	0	7 144	0	100
Dez-02	10 731	11	0	0	7 320	0	84
Jan-03	11 029	12	0	0	6 471	0	140
Fev-03	10 979	13	0	0	6 334	0	85
Mar-03	10 920	14	0	0	6 212	0	24
Abr-03	10 038	15	0	0	6 257	0	147
Mai-03	10 905	16	0	0	6 331	70	80
Jun-03	10 009	17	0	0	6 267	0	58
Jul-03	10 894	18	0	0	6 272	30	59
Ago-03	10 991	19	0	0	6 187	0	21
Set-03	10 977	20	0	0	6 239	10	17
Out-03	10 962	21	0	0	6 298	45	32
Nov-03	11 026	22	0	0	6 227	0	32
Dez-03	11 026	23	1	0	6 237	0	27
Jan-04	11 026	24	1	0	6 417	0	0
Fev-04	11 026	25	1	0	6 400	0	17
Mar-04	11 026	26	1	0	6 400	0	0
Abr-04	11 026	27	1	0	6 400	0	0
Mai-04	11 045	28	1	0	6 323	0	9
Jun-04	11 115	29	1	0	6 263	0	60
Jul-04	11 121	30	1	0	6 257	0	6
Ago-04	11 131	31	1	0	6 243	1	11
Set-04	11 138	32	1	1	6 235	1	8
Out-04	11 149	33	1	1	6 241	41	52
Nov-04	9 617	34	1	1	6 227	1 576	44
Dez-04	9 719	35	1	1	6 110	38	90
Jan-05	10 582	36	1	1	3 838	11	16
Fev-05	10 605	37	1	1	3 855	9	43
Mar-05	10 619	38	1	1	3 879	30	28
Abr-05	10 622	39	1	1	3 895	13	28
Mai-05	10 590	40	1	1	3 872	47	23
Jun-05	10 506	41	1	1	3 447	89	5
Jul-05	10 376	42	1	1	2 096	137	7
Ago-05	10 277	43	1	1	2 084	121	22
Set-05	10 198	44	1	1	2 127	103	24
Out-05	10 189	45	1	1	2 170	16	7
Nov-05	10 195	46	1	1	2 151	5	11
Dez-05	9 614	47	1	1	2 169	602	21

DADOS GT: Trafego Internacional 2005-calculo do Autor

Mês	Trafego de Eentrada	Trafego de Saida	Saldo
JAN	1219158	310132	909026
FEV	1213457	263485	949972
MAR	1611339	315639	1295700
ABR	1390209	311392	1078817
MAI	1312367	330487	981880
JUN	1218116	308536	909580
JUL	1113703	313671	800032
AGO	1030011	325807	704204
SET	1022709	341601	681108
OUT	1177335	359692	817643
NOV	1085403	362260	723143
DEZ	1289662	367520	922142

Nota: Não foi possível obter dados dos anos anteriores